



## **ELÓI MENDES: território, população e economia**

Lucas Manoel

Universidade Federal de Alfenas/MG

lucasgrutam@hotmail.com

### 1- INTRODUÇÃO

O município de Elói Mendes está localizado no Sul do estado de Minas Gerais – Brasil, distante 330 quilômetros da capital Belo Horizonte. Possui 25.220 habitantes (Censo 2010), faz parte da microrregião de Varginha (uma das cidades polo da região) e do conjunto de municípios banhados pelo lago de Furnas. Dispõe de uma área territorial de 499,537 quilômetros quadrados, sendo limítrofe com os municípios de Cordislândia, Monsenhor Paulo, Paraguaçu, Três Pontas e Varginha. Sua principal via de acesso é a BR 491, rodovia que liga a cidade a autopista Fernão Dias, importante eixo de ligação entre as metrópoles de Belo Horizonte e São Paulo.

O objetivo principal deste trabalho é fazer apontamentos sobre essa localidade no que se refere: ao número estimado de moradores que habitavam o território local e o distrito-sede na época em que a cidade era apenas um arraial; ao registro das primeiras atividades econômicas; às condições primárias e contemporâneas de uso e ocupação do solo urbano e rural; e, por fim, fazer algumas reflexões sobre a dinâmica demográfica local ocorrida entre os anos de 1970 e 2010, situação que resultou no espraiamento da mancha urbana e trouxe nova configuração ao território eloiense.

Para demonstrar os itens mencionados, recorreu-se: a literatura, em especial, aos estudos de Sales (2003), Figueiredo (2015), Oliveira (2006), Amorim Filho e Sena Filho (2007) e Ferreira (2014); aos dados e informações sobre a cidade disponíveis no site do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); uma equação matemática, que foi utilizada com a finalidade de sanar algumas lacunas de informações deixadas pelos documentos consultados; e à prática de observação e descrição do território examinado.

O trabalho está disposto da seguinte forma: a seguir, aponta-se a origem de Elói Mendes e o provável número de habitantes em sua primeira década de existência; após, evidencia-se o início das atividades econômicas e os fatos que certamente promoveram

a autonomia da localidade; em seguida, precedente as considerações finais, mostra-se a dinâmica demográfica das últimas décadas do século XX e início do XXI.

## 2- PRIMEIROS LEVANTAMENTOS E A PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO

Para iniciarmos o desenvolvimento da pesquisa, falaremos antes sobre a origem de Elói Mendes, que para Figueiredo (2015), data de 1792. Segundo o autor, é desta data o documento mais antigo já encontrado sobre a localidade, uma publicação que consta no livro de registros de óbitos da Paróquia de Santo Antônio da Campanha, na cidade de Campanha – Minas Gerais. O documento, do final do século XVIII, menciona o sepultamento de uma criança originária da Mutuca. O local citado (àquela época) se tratava de um pequeno povoado situado em uma colina a oeste de um dos vales do Rio Verde, cujo moradores viviam nas proximidades de um ribeirão de mesmo nome.

Por desconhecer a existência de fontes censitárias dessa localidade no ano que se refere o documento citado, tampouco estudos que tratem do assunto, utilizou-se de uma equação matemática (FIGURA 1) para projetar a quantidade de pessoas que habitavam o arraial e imediações próximas àquela época (final do século XVIII e início do XIX). Lembrando que, somente a partir de 1890 verificou-se a existência de informações mais precisas. De 1890 até 1911, como lembra Ferreira (2014, p.19) os números referentes a população de Elói Mendes eram contabilizados junto com os de Carmo da Cachoeira e incorporados aos da cidade de Varginha – município ao qual eram ligadas.

$$\text{população inicial} = \frac{\text{População final}}{\left(1 + \frac{\text{taxa média}}{100}\right)^{\text{período em anos}}}$$

Figura 1. Fórmula utilizada para calcular a população de Elói Mendes em 1792.

Fonte: Organizada por Paulo Júnio de Paula – Graduado em Matemática pela UNIFAL/MG, jan. 2017.

Na equação foram utilizados: o número de habitantes do município em 2010, um “período em anos” correspondente a 218\*, e a taxa média de crescimento populacional encontrada para o período de 1970 a 2010 em Elói Mendes, no valor de 1,36% a.a. Ao assumir essa média (igualmente) para os anos anteriores (sem condicioná-la a quaisquer variáveis – embora saibamos que o ritmo de crescimento ou de decréscimo populacional não é uma constante absoluta) foi possível estimar que a população examinada seria de

1.327 pessoas naquela época. Contudo, como entre os anos de 1792 e 1803 há relatos da existência de, pelo menos, outras seis aglomerações de moradores nas proximidades da área estudada (desconsiderando a do Espírito Santo das Catandubas). Dividiu-se então, por coerência, o valor encontrado entre sete povoados, denominados: Mutuca, Cubatão, São Domingos, Salto Grande, Barreto, Fortaleza e Estiva. Distribuição que nos permitiu indicar que, das prováveis duzentas e vinte famílias que habitavam o território naquele tempo, cerca de trinta e duas estanciavam em cada um dos arraiais elencados.

Com base em Lefort (1950), Sales (2003, p.52) traz uma informação importante sobre a localidade do Espírito Santo das Catandubas (atual cidade de Varginha, distante apenas quinze quilômetros de Elói Mendes) que pode servir com um parâmetro para os dados encontrados no parágrafo anterior. Segundo a fonte, o local possuía em 1803, quarenta e seis casais [ou famílias], quantidade muito próxima a encontrada por meio da equação matemática na Mutuca. Lembrando que, o resultado colocado trata-se de uma estimativa (encontrada a partir de uma taxa fixa de decrescimento gradual da população) e não uma afirmativa indiscutível.

Ainda na obra de Sales (2003, p.57), o autor coloca uma tabela com dados sobre o povoado do Pontal (hoje Elói Mendes). Nela consta que no ano de 1890 viviam no local, 3.313 homens e 3.230 mulheres, totalizando 6.543 indivíduos. Baseado na mesma fórmula utilizada para encontrar a população da Mutuca no final do século XVIII e início do XIX, foi possível projetar que a quantidade de habitantes em 1890 seria em torno de 5.000 pessoas. Ficando este valor, também próximo do número encontrado na literatura – visto que o autor não menciona a metodologia que foi utilizada na época e nem a abrangência real da área recenseada.

### 3- CRESCIMENTO ECONÔMICO E A AUTONOMIA DO ARRAIAL

Sobre o crescimento do povoado no decorrer do século XIX, segundo Figueiredo (2015), teria ocorrido pela procura por terras da região, que eram de solos muito férteis, especialmente as que ficavam no entorno do arraial da Mutuca. Esse fato colaborou para que o local despontasse frente aos demais que se localizavam próximos, incorporando-os mais tarde ao seu domínio, ainda que a “dominação” maior pertencesse a outrem. A

“união (ou relação) por proximidade” com outros povoados significava, em resumo, tê-los como uma importante extensão econômica do arraial – “braços econômicos”.

Em relação as origens das atividades econômicas, Oliveira (2006, p.18) revela que até meados do século XIX, elas eram basicamente ligadas a prática da agropecuária, com maior destaque para a produção de leite. Para o autor, com a expansão da cultura cafeeira pela região do Sul de Minas Gerais (a partir de 1850) as terras do município, antes ocupadas prioritariamente pelos gados leiteiros, começaram a dividir espaço com as lavouras de café, cultivo que mais tarde elevaria significativamente a economia local. Prática que colaborou para a entrada de mais capital financeiro e humano na localidade, realizada por meio de compras de terra e migrações safristas.

Nessa época, a configuração do território eloicense era bastante diferente da atual, tanto em quilômetros quadrados (já que passou por várias fases de delimitação) quanto no uso dos mesmos. É certo que os campos eram ocupados, em sua grande maioria, por extensas propriedades rurais utilizadas para agricultura e pastoreio. A parte urbanizada, seguramente ainda detinha aspectos típicos de vila, com acessos precários realizados por meio de estradas vicinais. A ocupação da *cidade*, seguia preferencialmente de oeste para leste (situação que mais tarde inverteria). Há de se mencionar também que, a população rural, nessa época, se sobressaía a urbana, espaço que era utilizado de forma secundária, assim como na maioria dos municípios do interior do Brasil.

Entre 1850 e 1970 há relatos do surgimento das primeiras fábricas locais – meios de produção ligados ao setor secundário da economia voltados para o beneficiamento dos insumos e matérias-primas extraídas do campo. Laticínios, beneficiadoras de café, arroz e alguns armazéns gerais foram construídos no entorno de onde atualmente é centro da cidade, local que desfrutava de melhores condições estruturais em comparação à área rural da época. Mais tarde, com o crescimento da mancha urbana e do surgimento das divisões do espaço urbano, as empresas se fixariam em outros locais.

As atividades agropecuárias sempre foram muito fortes em Elói Mendes, mantendo-se nos dias atuais. Até a década de 1970, as poucas indústrias que existiam no município estavam ligadas ao beneficiamento dos produtos agrícolas produzidos na própria localidade, principalmente leite (OLIVEIRA, 2006, p. 19).

Sobre os processos gerais que ajudaram o arraial na conquista de sua autonomia, levantou-se as seguintes informações: em 1810, o local recebeu o direito de construção de sua primeira capela, fato que contribuiu para que dezoito anos mais tarde, em 1828, a

localidade se tornasse um Distrito de Paz (ligado então à Campanha do Rio Verde); em 1850, o distrito foi elevado à categoria de Paróquia, recebendo o nome de Espírito Santo da Mutuca, denominação que perdurou somente quatro décadas, visto que, em 1890, a Paróquia tornou-se um distrito pertencente a jurisdição de Varginha e teve seu nome trocado para Espírito Santo do Pontal. Há de se lembrar que, nessa época, o fato de uma comunidade possuir em suas terras uma paróquia autônoma, cujo custos de manutenção eram provenientes da própria população, era um feito muito importante para que, junto com outros processos, a localidade almejasse a municipalização.

Dessa forma, é possível apontar que o território passou por, pelo menos, cinco fases (encontrando-se atualmente em um novo ciclo). A fase “um” seria aquela em que a localidade era constituída somente pelo meio natural, com poucas modificações físicas e ocupação predominantemente nativa; a fase dois (de 1792 a 1828) seria um período de imprecisão quanto a subordinação das terras; a fase três, quando as terras passaram para a jurisdição de Campanha (de 1828 até 1890 – com uma breve suspensão em 1850); a fase quatro, foi quando Varginha se emancipou da cidade de Três Pontas (em 1881) e reincorporou ao seu domínio, em 1890, as terras de Elói Mendes – partiu então desta data até 1911, quando desmembrou-se oficialmente de Varginha; a fase cinco, decorre a partir da emancipação até o final do século XX; e a sexta fase, seria a atual, onde o conceito de território toma novos significados, a exemplo das múltiplas territorialidades dadas em um único espaço.

Sobre esse processo, sobretudo do que ocorreu a partir da segunda metade do século XIX, há uma citação da obra “Toponímia de Minas Gerais”, de Joaquim Ribeiro da Costa (1970) publicada pela Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, transcrita integralmente por Sales (2003, p.61), que resume muito bem parte das considerações colocadas no parágrafo anterior.

“VARGINHA. Curato de Espírito Santo da Varginha, da paróquia de Três Pontas, elevado a paróquia por lei n° 471, de 1-VI-1850, compreendendo o curato de Espírito Santo da Mutuca. Município e vila por lei n° 2785, de 22-IX-1881, compreendendo as paróquias da sede e de Carmo da Cachoeira, desmembradas dos municípios de Três Pontas e Lavras, respectivamente. Elevada a paróquia o curato de Espírito Santo a Mutuca, por lei n° 769, de 2-V-1850, incorporado ao município de Campanha, sendo reincorporado com o nome de Espírito Santo do Pontal ao município de Varginha por decreto n° 194, de 22-IX-1890. Perde em 1911 o distrito de Espírito Santo do Pontal (atual

Elói Mendes) e em 1938, o de Carmo da Cachoeira. O município de Elói Mendes foi criado pela Lei nº 556, de 30 de agosto de 1911”.

Sendo assim, observou-se que a dependência jurídica de Varginha se findou em 1911, quando tardiamente foi elevado à categoria de município, ocasião em que teve suas terras oficialmente desmembradas e recebeu a denominação final de Elói Mendes – em homenagem ao seu benfeitor mais ilustre, o Barão Joaquim Eloy Mendes.

#### 4- DINÂMICA POPULACIONAL DE 1970 A 2010

A seguir, serão apresentados alguns dos fatos históricos ocorridos entre 1970 e 2010 no município. O objetivo é o de correlacionar os elementos a serem evidenciados ao aumento da população, sobretudo da parte urbana. Na ocasião, foram considerados investimentos em infraestrutura e incentivos às instalações de novas fábricas como importantes influenciadores da dinâmica demográfica. No final da década de 1960, duas importantes vias de acesso à cidade foram reformadas e ampliadas, sendo elas, o trajeto de 14 km de ligação até Varginha – percurso aberto em 1923, asfaltado em 1968 e o trecho de 20 km até Paraguaçu – aberto em 1926, asfaltado em 1969 (FIGUEIREDO, 2015). Obras que permitiram as três cidades e também a outras um melhor fluxo de pessoas e mercadorias pela região, dado a rapidez nos deslocamentos interurbanos.

As áreas urbanas tipicamente surgem e se desenvolvem próximas a facilidades logísticas como rodovias, estações ferroviárias, portos e aeroportos. No Brasil, as rodovias historicamente têm funcionado como poderosas impulsionadoras na mudança no uso e ocupação do solo (BREUNIG; MELLO, 2010, p. 2).

Em 1973, quatro anos após as reformas nas rodovias mencionadas, surgiu a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Elói Mendes, com a proposta de orientar e oferecer um maior suporte técnico e jurídico ao comércio, indústrias e fazendas do município, órgão que auxiliou na organização, ampliação e consolidação do comércio e outros setores empresariais integrantes da associação.

No final da década de 1980, após a implantação do distrito industrial, a cidade passou a receber indústrias especializadas em outros ramos – além das que, diretamente eram ligadas a prática da agropecuária, diversificando ainda mais seu setor industrial. Entre as empresas instaladas com grande representatividade econômica, estão: Tubo Minas Indústria e Comércio Ltda. (1986), C.A. Petrone Ltda. (1988), Armazéns Gerais Carapina (1989), Vênus Têxtil Ltda. (1996) e Souza Cambos Confecções (2000). Essas

empresas contribuíram para a capacitação e contratação de centenas de jovens e adultos, antes, vistos fora do mercado de trabalho.

A criação de um espaço apropriado para a locação de indústrias no município foi um passo muito importante para a evolução econômica, dado que aumentou a oferta de empregos e estimulou o comércio. A instalação [...] foi o resultado da interação de vários fatores, como a localização privilegiada do município em relação aos principais centros econômicos do país, bem como sua proximidade com a rodovia Fernão Dias (OLIVEIRA, 2006, p. 19).

Os fatos elencados, ao serem somados às políticas públicas de desenvolvimento socioeconômicas encabeçadas pelos governos Estadual e Federal a partir da década de 1990, proporcionaram à Elói Mendes (e a todos os municípios brasileiros como um todo) um período de expansão que contribuiu, conforme mostra a Tabela 1, para o aumento da população local, sobretudo, a urbana. Quanto as transformações ocorridas neste período, Yano (2007, p.2) revela que:

No Brasil, a década de 1990 foi marcada por importantes transformações de caráter estrutural ocorridas nos ambientes econômico e institucional, ligadas tanto ao novo conjunto de políticas macroeconômicas adotado, quanto à implementação de reformas de cunho liberalizante. O objetivo das medidas adotadas era de estabelecer condições para a retomada do crescimento da economia, de forma a que a crise da década anterior fosse superada.

Tabela 1 – Evolução populacional de Elói Mendes/MG entre 1970 e 2010

Ano	População Total	População Urbana	População Rural
1970	14.697	6.798	7.899
1980	16.981	9.328	7.653
1991	19.373	12.988	6.385
2000	21.947	17.055	4.892
2010	25.220	20.374	4.846

Fonte: IBGE – Censos: 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Dados agrupados pelo Autor, 2017.

Analisando os dados apresentados, observou-se que nas últimas quatro décadas o município teve um aumento populacional de 71,6%, a uma taxa média de crescimento de 1,36% ao ano, permanecendo dentro dos padrões quantitativos de uma típica cidade pequena, centro local que dificilmente ultrapassa os 20-30 mil habitantes (CORRÊA, 2011). Houve também uma discrepância na relação entre o crescimento da população urbana e rural, enquanto a primeira triplicou, a segunda sofreu uma redução de 38,65%.

Em quarenta anos houve um acréscimo de 10.523 habitantes no município, sendo que na área urbana o aumento registrado foi de 13.576 pessoas (3.053) indivíduos a mais do que o ganho total, diferença que compreende exatamente ao número de

moradores que deixaram o campo no mesmo período. Essa afirmação está baseada na sincronia dos números provenientes da pesquisa. O que leva a acreditar que, embora nem todos os indivíduos tenham, de fato, tomado o mesmo rumo, a quantidade de pessoas que deixaram o campo é a mesma que se alocaram (a mais) na cidade.

Comparando os resultados obtidos com as taxas de crescimento populacional a nível nacional, verificou-se que no mesmo período a população total do Brasil cresceu 101,8%, a urbana 204,2% e a rural, reduziu 28,3%, índice de redução menor do que o registrado em Elói Mendes, indicação de que no município, de fato, o processo de migração campo-cidade foi mais acelerado, visto que a localidade apresentou taxa maior de pessoas que deixaram o campo em comparação a encontrada no âmbito nacional.

O que teria levado essas pessoas a migrarem é uma incógnita. Mas, certamente, a criação do Distrito Industrial, a vinda de novas fábricas, a migração de moradores de outras regiões e o próprio crescimento natural da população propiciou o aumento de moradores e a concentração deles no perímetro urbano. Outro fator, como a busca por qualidade de vida na cidade também pode ter contribuído. Com o passar dos anos, viver no campo, principalmente nos campos dos pequenos municípios tornou-se tarefa difícil.

O histórico da ausência de políticas públicas no Brasil, da dificuldade e insuficiência aos serviços de saúde e educação de boa qualidade [...] tem reduzido a vontade dos jovens em permanecerem vivendo na zona rural. A falta de apoio para a criação de alternativas de trabalho e meios diversificados para a composição da renda aumenta [...] essa tendência dos jovens em deixarem o campo [...] muitas vezes incentivados pelos próprios pais [...] (SILVA et al., 2006 apud CARVALHO et al., 2007, p. 4).

Concepção vinculada não somente aos jovens, mas também ao: agricultor que, sufocado pelos latifundiários, mudou-se para a cidade em busca de renda; as mães que, em busca de mais saúde para os filhos e independência financeira dos maridos, viram na cidade um passo adiante à vida; e a tantos outros que deixaram a ruralidade em busca de uma vida melhor. Essa passagem nos leva a refletir acerca do capitalismo, dinâmica maçante e ferrenha de poder e produção que também é encontrada nos pequenos centros urbanos brasileiros e que, em Elói Mendes, assim como em tantos outros lugarejos, é visto de forma ambígua – trazendo de um lado, desenvolvimento e suporte financeiro ao município e de outro, propiciando a segregação social, dividindo a cidade em núcleos claramente separatistas: ricos e pobres, incluídos e excluídos.



A estruturação interna de uma cidade [...] pode ser consequência, finalmente, tanto da implantação de equipamentos coletivos [...] quanto de aspectos que só podem ser explicados socialmente, como a segregação espacial decorrente da localização de distintas camadas de populações identificadas pelas diferenças de poder aquisitivo, por exemplo (SPÓSITO, 2006, p. 35).

Como em qualquer cidade, a segregação social está impregnada na sociedade. Segundo os diferentes momentos históricos e as diversas realidades espaciais existentes, o conceito de segregação vem recebendo adjetivações tais como residencial, urbana, social, espacial ou socioespacial (ROMA, 2008). Quanto à expectativa de crescimento para os próximos anos, o ritmo tende a seguir o mesmo visto nas últimas décadas – em torno de 1,3 a 1,4% ao ano, projeção baseada em melhorias que estão e devem ser realizadas na infraestrutura da cidade e na zona rural, que visam garantir e atender as carências mais básicas da população, estimulando o crescimento natural e a permanência dos moradores no local – município.

Outro contribuinte importante é a possível instalação de novas fábricas a curto e médio prazos no distrito industrial, vindas em busca da oferta de mão de obra barata, incentivos fiscais e localização privilegiada, tendo em vista que o município está geograficamente bem situado na região. Enquanto isso, o excedente de mão de obra faz com que Elói Mendes sirva de apoio à cidade de Varginha, detentora de importantes empresas multinacionais contratantes, também, de mão de obra externa, a quem se disponibiliza como cidade reservatório de força-de-trabalho.

Essas pequenas cidades localizam-se a uma distância próxima que viabiliza migrações pendulares daqueles que ali vivem mas trabalham na cidade maior. O mercado da cidade em expansão, a acessibilidade e a perda de papel central de núcleos que foram afetados pela valorização da terra para fins urbanos em detrimento de usos agrícolas, parecem explicar a transformação dessas pequenas cidades (CORRÊA, 2011, p. 12).

Recorrendo-se agora a prática de observação e descrição da paisagem urbana estudada, fundamentada pelas considerações propostas por Amorim Filho e Sena Filho (2007), observa-se: um núcleo central, onde se concentram os principais equipamentos urbanos do município: agências bancárias, comércios, repartições públicas, entre outros; área do pericentro – transição entre o centro e a periferia, que no local pouco se difere da periferia devido à proximidade física e por não apresentar uma mudança brusca na arquitetura; e a área do periurbano, onde há a prática de atividades típicas da zona rural, como a criação de aves e bovinos.

Baseado em Maricato (1982), também foi possível descrever o uso preferencial do solo. Segundo a autora, “convém observar [...] na economia capitalista [que o valor da propriedade imobiliária] não passa da renda que ela proporciona”. Sendo assim, a



partir desta consideração, nota-se na cidade examinada que o centro ainda se caracteriza como o ponto mais valorizado, tanto para a prática do comércio quanto para a moradia.

Em relação à mancha urbana (que é relativamente contínua), percebe-se que tem crescido, de modo especial, mais para nordeste e oeste do que para outras direções. O processo de verticalização praticamente inexistente, à exceção de alguns prédios públicos e outros residenciais que possuem de dois a quatro andares, no máximo. Há também um distrito industrial e dois bairros próximos a ele, que mesclam a presença de conjuntos habitacionais e autoconstruções. O mais antigo, que antes ficava fisicamente distante da mancha urbana – separado por rodovia e por elementos naturais, hoje, faz parte dela – dado principalmente pela abertura de uma via de escoamento que facilitou o tráfego de pessoas e veículos entre este e o centro da cidade. Já o bairro mais novo, pode ser um reflexo das indústrias que se instalaram no distrito industrial, pois, grande parte das residências ali construídas pertencem ou pertenceram aos trabalhadores dessas fábricas, salvo situações em que os terrenos foram doados pela prefeitura e os locatários não detêm vínculos com o distrito industrial.

## 5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta breve discussão sobre Elói Mendes, chegou-se ao entendimento de que o aumento populacional local, em face das últimas décadas, deu-se: pela reforma e ampliação das principais vias de acesso, que proporcionaram além do encurtamento das distâncias, a entrada de capital financeiro e humano na localidade; pela organização e gestão do espaço empresarial eloiense, que contribuiu para a expansão das atividades comerciais estimulando o processo de urbanização; pela criação do Distrito Industrial que, além de oferecer aporte logístico e estrutural às empresas existentes, proporcionou a inserção de outras que, sem dúvidas, alavancaram a oferta de empregos na cidade; pelas políticas públicas e demais programas de desenvolvimento encabeçadas pelos governos Federal, Estadual e Municipal a partir da década de 1990, que, em conjunto, proporcionaram considerável desenvolvimento socioeconômico ao município evitando a migração em massa de moradores para outros centros urbanos.

É importante enfatizar também que, atrelado ao aumento da população urbana, o setor comercial local teve que se reestruturar para atender uma população cada vez maior e demandante de produtos mais especializados. Os antigos armazéns, que por



décadas venderam de tudo um pouco, setorizaram seus produtos em busca de clientela e lucro, já outros, que nasceram envoltos a um propósito planejado e com um público alvo já focalizado, tiveram que ampliar e modernizar seus espaços para suprir as necessidades de uma clientela mais exigente.

Por fim, chega-se à conclusão de que, a configuração do território municipal (e também da cidade) de Elói Mendes, é resultado de um longo processo de ocupação e disputas jurídicas, eclesásticas e políticas internas e externas até firma-se, de fato, como um espaço “livre e independente”. Quanto as novas territorialidades mencionadas, é notório que a partir da última década de emancipação, onde as “disputas” tornaram-se primordialmente internas, ações partidárias desencadearam o surgimento de novas divisões no território (ainda que simbólicas) entre: aqueles que almejavam (e almejam) o desenvolvimento igualitário aos cidadãos e aqueles que direcionam tal desenvolvimento apenas para uma parte da população.

#### 6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIN FILHO, O. B. e SENA FILHO, N. S. **A morfologia das cidades médias**. Goiânia: Ed. Vieira, 2007.

BREUNIG, Fábio Marcelo; MELLO, Leonardo Freire de. **Evolução da Mancha Urbana ao longo da Rodovia dos Tamoios (São José dos Campos – Caraguatatuba) no período de 2000-2008**: uma primeira abordagem. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu, 2010.

CARVALHO, Daniela Moreira et al. **“Perspectiva dos jovens rurais: Campo versus Cidade”**. 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOUBER. Porto Alegre, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural**. Geosp - Espaço e Tempo, Nº 30, pp. 05 – 12, São Paulo, 2011.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e Geografia**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.



FIGUEIREDO, Francisco Carlos de. **Elói Mendes Hoje e Ontem – Os “Casos e Causos” que a Mutuca não conta mais**. 2ª ed. Elói Mendes: Ney artes gráficas, 2015.

MARICATO, Ermínia. A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1982.

FERREIRA, Natânia Silva. **Economia e sociedade em uma cidade do Sul de Minas Gerais: Varginha na passagem do século XIX para o XX**. 66f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Alfenas. Alfenas, 2014.

OLIVEIRA, Elias Mendes. **Dinâmica Socioespacial do Distrito Industrial de Elói Mendes (MG)**. 54f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Viçosa, 2006.

ROMA, Claudia Marques. **Segregação socioespacial nas cidades pequenas**. 156f. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2008.

SALES, José Roberto. **Espírito Santo da Varginha: 1763-1920**. Varginha: Gráfica Editora Sul Mineira, 2003.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **Redes e Cidades**. São Paulo: Unesp, 2006.

YANO, Nina Machado; MONTEIRO, Sérgio Marley Modesto. **Mudanças institucionais na década de 1990 e seus efeitos sobre a produtividade total dos fatores**. 121f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.